

02 A 06 DE OUTUBRO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com exclusividade para o nosso associado

Valorize o seu conteúdo!
Para a distribuição exclusiva em plataformas digitais.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

03

Com participação da Abraceel, CCEE e Aneel promovem evento para discutir abertura de mercado

09

“Vamos atuar forte para não termos assimetria de informações em um mercado aberto”, informou Tili em reunião com a Abraceel

12

CCEE apresenta proposta orçamentária para 2024

18

Abraceel reabre prazo para contribuições sobre tratamento da inadimplência lastreada por decisão judicial

20

Abraceel na Mídia

21

Curtas

31

E o Congresso?

35

Próxima Semana

Com participação da Abraceel, CCEE e Aneel promovem evento para discutir abertura de mercado

Matéria em 1 minuto:

- Simplificação da medição, melhoria do processo de migração e proteção dos dados do consumidor e da livre concorrência foram temas recorrentes;
- Aneel informou que há 8.744 unidades consumidoras que já fizeram a denúncia para migração ao mercado livre em 2024, e a CCEE estima 24 mil até o final do ano;
- Rodrigo Ferreira defendeu a padronização e simplificação do processo de migração, destacando que o foco do processo deve ser no consumidor, e ressaltou a importância de se criar um ambiente de competição isonômica entre os diferentes players do mercado .

No dia 05.10, a CCEE e a Aneel promoveram o Encontro de Abertura de Mercado para discutir os aprimoramentos na regulamentação da comercialização varejista, escopo da Consulta Pública 28/2023 da Aneel. O encontro foi dividido em três painéis, com rodas de discussões entre os participantes e plateia.

Painel de abertura

Alexandre Ramos, presidente da CCEE, iniciou o encontro dizendo que o propósito era apresentar as ações que foram feitas para implementação da abertura de mercado, prevista na Portaria 50 do MME, e o que ainda era necessário ser feito. Alexandre prosseguiu afirmando que tais ações deveriam ter foco nas necessidades dos agentes e consumidores, a fim de garantir um mercado simples, seguro e rápido para todos e que algumas dessas ações dependiam de avanços regulatórios, enaltecendo a Aneel no processo.

Em seguida, Ricardo Tili, diretor da Aneel e relator de processos que envolvem a abertura de mercado, como o da CP 28/2023, destacou a importância de se aprimorar a regulamentação varejista, para que a abertura da baixa tensão também ocorra, enfatizando que os avanços realizados para possibilitar a abertura da alta tensão também irão facilitar a abertura integral, que na sua visão é urgente. Segundo Tili, há necessidade de segurança

e transparência nas operações de mercado para abarcar um volume maior de consumidores que migrarão para o mercado livre em 2024, número esse que já supera 8 mil, fato corroborado por Otávio Vaz, Gerente de Regulação do Mercado de Energia Elétrica da Aneel, em seu discurso.

Dando continuidade ao evento, Efrain Cruz, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, elogiou a promoção do evento em si, destacando a importância do diálogo entre as diversas entidades do setor. Efrain ressaltou a necessidade de que os avanços almejados para a abertura integral sejam fundamentados numa base de equilíbrio entre todos os envolvidos, para garantir que não haja assimetrias ou partes prejudicadas nesse processo, enaltecendo a maneira progressiva e responsável que a abertura está seguindo.

Em seguida, o Secretário-Executivo fez uma provocação acerca da diferença dos preços da energia entre o mercado livre e autoprodução com o mercado cativo, comentado que é necessário entender, antes que o mercado seja aberto, o porquê desse motivo, a fim de promover um sinal de preço justo para todo o mercado.

Para encerrar o painel de abertura, Otávio Vaz destacou as principais propostas em análise na Aneel para aprimorar a regulamentação varejista, entre elas a redução para 15 dias para encerramento da representação do consumidor por varejista e redução para 30 dias do prazo para desligamento do varejista da CCEE e suspensão do fornecimento.

Otávio também destacou a necessidade de regulamentação da representação varejista obrigatória e comentou que não há a possibilidade de extinção do consumidor especial. Além disso, frisou a importância de ajustar a regulamentação, que deve conter a exigência de haver um contrato padrão entre os diferentes fornecedores. Ao final, o Gerente da Aneel comentou sobre o sistema de coleta de dados usado atualmente ser o suficiente para abarcar as 8.744 unidades consumidoras que já fizeram a denúncia para se tornarem livres em 2024 e também as demais potenciais migrantes.



Painel 1: Aprimoramento da Regulação da Comercialização Varejista

Dando continuidade ao encontro, César Pereira, Gerente Executivo de Regulação e Capacitação na CCEE, abriu a primeira rodada de discussões comentando sobre o avanço do mercado livre no Brasil e sobre o fato de que esse mercado foi inicialmente pensado para os grandes consumidores, mas que agora medidas estão sendo tomadas para que ele abarque também os pequenos, tendo como subsídios diversas pesquisas e diálogos com as entidades do setor realizadas pela Câmara de Comercialização.

Cristopher Vlavianos, Presidente do Conselho de Administração da Comerc, enalteceu a maneira que o mercado livre foi construído de forma gradativa no Brasil, o que possibilitou o entendimento de suas nuances antes de se promover alterações regulatórias. Em seguida, comentou que ainda é necessário atuar em alguns pontos da migração para o mercado livre, como a padronização de requisitos das distribuidoras

Seguindo a roda de debates, Mariana Amim, Diretora de Assuntos Técnicos e Regulatórios e Assessoria Jurídica da Anace, falou da importância do aprimoramento de algumas questões da abertura, em especial para se assegurar sua segurança jurídica, criticando a representação obrigatória de consumidores por comercializador varejista.

Em seguida, Rodrigo Ferreira, Presidente Executivo da Abraceel, parabenizou a CCEE pelo evento e ressaltou que a Abraceel tem buscado contribuir tecnicamente para uma abertura de mercado equilibrada, com propostas de soluções tecnicamente embasadas, ressaltando a importância de se definir uma data para que a abertura ocorra, o que permitirá o detalhamento das soluções, a exemplo do evento promovido pela Aneel e CCEE.



Ao ser questionado sobre a falta de preparo do consumidor de energia para adentrar o mercado livre e como isso poderia ser resolvido, Rodrigo comentou que o foco deve ser na oferta de produtos que incentivem a sua decisão de migrar, citando o exemplo do que acontece na telefonia atualmente, em que a única preocupação do consumidor é escolher um plano que satisfaça suas necessidades, sem a necessidade de entender o funcionamento do setor de telecom. O Presidente Executivo da Abraceel também destacou a importância do regulador para que isso aconteça, uma vez que uma de suas atribuições é justamente criar um ambiente favorável de competição isonômica entre os diferentes players do mercado.

Painel 2: novo processo de acesso e organização do mercado livre para o varejo

Seguindo para o próximo painel, Marco Delgado, Conselheiro da CCEE, iniciou a discussão ressaltando que a CCEE tem buscado maneiras de simplificar e agilizar os processos que acontecem dentro da Câmara referentes ao acesso do mercado livre. Segun-

do o Conselheiro, atualmente há uma burocracia muito grande envolvendo esses processos e é necessário que haja simplificação, para tornar possível o usufruto do mercado livre para os potenciais consumidores que adentrarão o mercado em 2024. Sobre a migração, Delgado afirmou que o sistema de medição que existe atualmente é suficiente para que essa aconteça sem maiores percalços, e disse que a Câmara não irá cessar as pesquisas referentes a novidades tecnológicas nessa área.

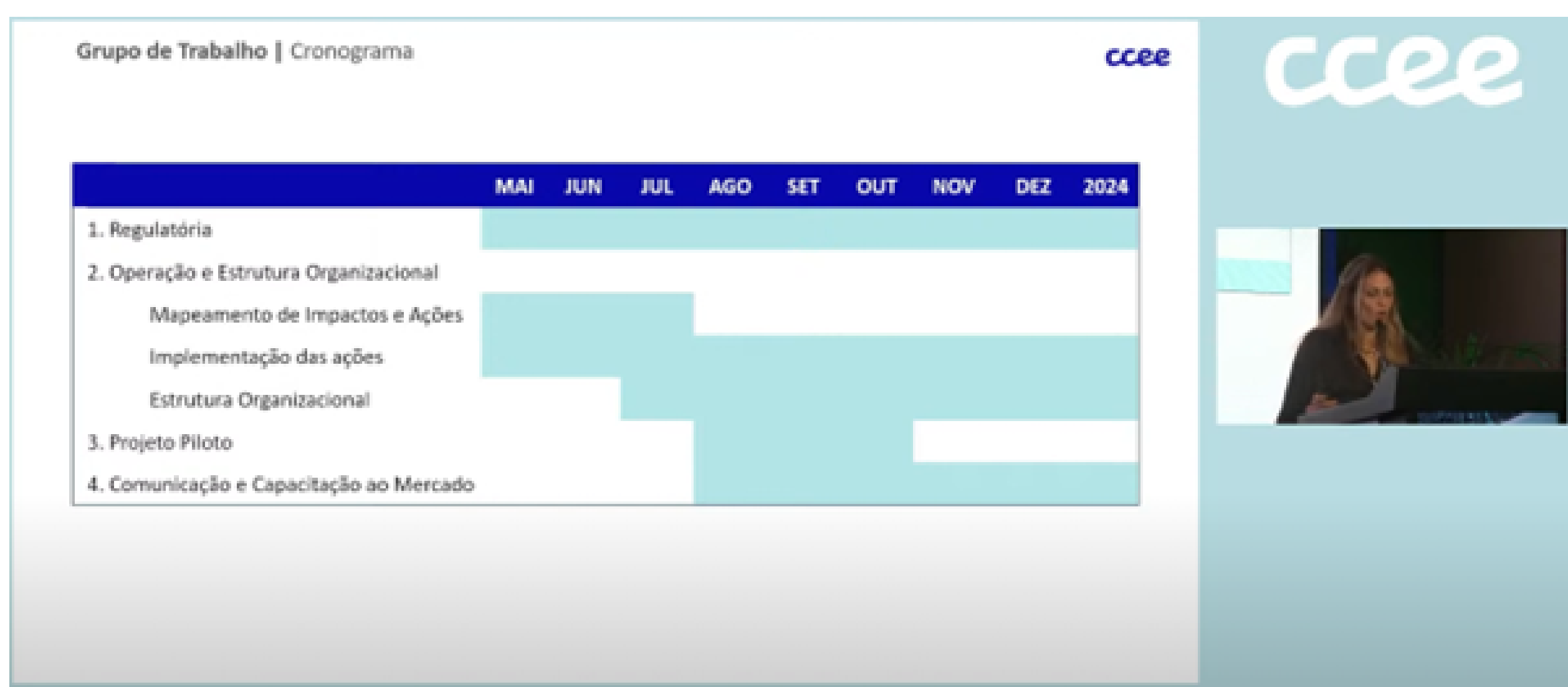
Em seguida, Gustavo Scignoli, Especialista Regulatório e de Regras de Comercialização da CCEE, apresentou as principais questões em que a CCEE tem atuado para deixar o processo de migração mais eficiente, que culminaram em um novo modelo estrutural para migração e operacionalização do consumidor do varejo. O novo modelo conta com cadastro e medição simplificados, prevendo que irá bastar o envio de oito informações do consumidor para a CCEE para que a medição seja eficaz, garantindo mais agilidade ao processo. Além disso, a integração com o novo modelo será feita por APIs, deixando seu acesso mais fácil para o varejista. Após isso, Scignoli comentou que o sistema ainda não abarca todas as necessidades dos varejistas, mas a ideia de sua formação é validá-la no ambiente regulatório, permitindo que haja futuros aprimoramentos. O sistema, ao ver do especialista, é a própria concepção do *open energy*, uma vez que será possível disponibilizar ao varejista os dados do consumidor de maneira mais fácil, com o seu consentimento, seguindo as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados.

Painel 3: processo de migração atual: como conviver até a implementação do novo modelo?

Indo em direção ao encerramento do evento, Adriana Sambiase, Gerente Executiva de Cadastros e Contratos da CCEE, apresentou o último painel, sobre como conviver até a implementação do novo modelo. A Gerente Executiva iniciou sua apresentação trazendo um contexto histórico de ações da CCEE para facilitar o processo de medição de dados e migração. Após isso, destacou a importância da antecipação dos processos de migração para evitar riscos de perda de prazo por falta de documentação deles próprios ou falta de aprovação no prazo por parte das distribuidoras.



Em seguida, Adriana afirmou que a CCEE estima a migração de quase 24 mil unidades consumidoras em 2024, ressaltando que a Câmara está preparada para esse novo cenário. Segundo ela, foi criado o Grupo de Trabalho da Operacionalização da Abertura de Mercado, uma força tarefa dividida em várias frentes para possibilitar a migração em massa, que atuarão segundo o cronograma:



Por fim, a Gerente da CCEE encerrou sua apresentação mostrando o que será feito de capacitação aos agentes nesse âmbito de abertura de mercado, com sete cursos sobre o tema de varejista e cinco salas virtuais de “Gestão e Operação do Varejista na CCEE”.

A reunião pode ser vista na íntegra no [link](#).

“Vamos atuar forte para não termos assimetria de informações em um mercado aberto”, informou Tili em reunião com a Abraceel

Matéria em 1 minuto:

- Ao Diretor da Aneel, Associação apresenta balanço do FaleAqui!, e informa que continua recebendo casos concretos das associadas descrevendo dificuldades no processo de migração;
- Tili reforçou que apenas um caso sobre migração foi formalizado na Aneel e que é importante que haja registros para a fiscalização da agência reguladora;
- Informou também que Aneel e CCEE concordam que, para a migração ao ACL dos consumidores do Grupo A, não é necessária a realização de adequações na medição.



No dia 02.10, a Abraceel se reuniu com o Diretor da Aneel, Ricardo Tili, para apresentar os resultados obtidos com o FaleAqui!, canal de comunicação que a Associação criou para receber casos concretos descrevendo dificuldades enfrentadas pelos consumidores no processo de migração ao mercado livre.

Rodrigo Ferreira explicou, no início da reunião, que as motivações para a criação do FaleAqui! foram a possibilidade de mapear as di-

ficuldades no processo de migração, analisar de forma estrutural o cenário e propor soluções que resolvam a maioria dos casos existentes, com capacidade de prevenir ocorrências futuras, seja por meio de elaboração de nova regulamentação ou aplicação mais incisiva de normas vigentes.

Nos primeiros 30 dias da campanha, o canal da Abraceel recebeu 148 casos de 20 empresas associadas. Atualmente, mais de 160 casos concretos já foram registrados descrevendo as dificuldades enfrentadas pelos consumidores.

Os principais problemas relatados estão relacionados a exigências desnecessárias de documentação e processos, descumprimento de prazos pelas distribuidoras, problemas de comunicação com elas e adequação de medição, que representam 70% dos casos relatados. A [apresentação do canal de comunicação](#) está no site da Abraceel.

Abraceel incentiva registro das empresas associadas e atuará como intermediadora

Tili informou que solicitou à área técnica da Aneel a realização de levantamento dos casos que haviam chegado à Agência. Contudo, apenas um caso foi formalizado na Ouvidoria do órgão regulador. A Abraceel enfatizou que está realizando campanha de comunicação com as empresas associadas para incentivar o registro e coletar os números dos protocolos, atuando assim como agente intermediador entre os problemas formalizados.

Além disso, o Diretor da Aneel solicitou que a Abraceel enviasse a apresentação com os resultados parciais do FaleAqui!, para que as questões mais expressivas possam ser encaminhadas no fechamento e no voto da Consulta Pública 28/2023, que trata do aperfeiçoamento da comercialização varejista, da qual Tili é o relator.

Para a equipe da Abraceel, Tili também informou que está ciente e está atuando com relação aos casos envolvendo abuso de poder de monopólio, com uso de dados dos consumidores entre empresas do mesmo grupo econômico.

O diretor disse que Aneel e CCEE concordam que, para a migração ao ACL dos consumidores do Grupo A, não é necessária a

realização de adequações na medição, pois essa já se encontra praticamente todo telemedida.

Por fim, informou que irão atuar para que não haja assimetria de informações em um mercado aberto, além de destacar ser de extrema importância a transparência para o desenvolvimento do mercado livre.

CCEE apresenta proposta orçamentária para 2024

Matéria em 1 minuto:

- Câmara apresenta proposta para estratégia de transformação digital e tecnológica;
- Orçamento ordinário proposto para o ano que vem tem reajuste de 6%, inferior ao INPC;
- Pacote de projetos, incluindo transformação digital e tecnologia, custará cerca de R\$ 60 milhões no primeiro ano;
- Para financiar o projeto e com vistas a mitigar o que foi chamado de “subsídio cruzado” de agentes maiores para menores, CCEE propõe alterar critério de rateio e elevar a contribuição mínima de R\$ 69 para R\$ 515 por mês;
- Abraceel destacou que a CCEE é uma empresa de tecnologia, elogiou transparência da proposta orçamentária, mas solicitou acesso ao detalhamento das ações e questionou os R\$ 2,5 milhões previstos para certificação de energia limpa;
- Câmara realizará reunião de interação com os agentes no dia 09.10 para detalhar as propostas.

No dia 03.10, a CCEE promoveu a terceira reunião de interação com as associações setoriais para apresentar o planejamento orçamentário para 2024. Estiveram presentes os Conselheiros Alexandre Peixoto, Talita Porto, Eduardo Rossi e Marco Delgado.



Alexandre Peixoto iniciou a reunião explicando que o planejamento orçamentário é feito com base nas entregas previstas em 2024, assumindo um compromisso em relação a elas, e destacou ser esse um ano transformador, com mudanças e avanços em diversas frentes.

Na sequência, Eduardo Rossi explicou que a proposta foi baseada nos princípios de transparência e da adequada alocação de custos. Foram apresentados gráficos mostrando que o custo de pessoal da CCEE cresceu 21% de 2019 a 2023, 9 pontos percentuais abaixo da inflação. Despesas e serviços também mostraram um crescimento de 5 pontos percentuais abaixo da inflação no mesmo período.

Orçamento ordinário

Ao detalhar aspectos da peça orçamentária, Rossi mostrou que serão alocados R\$ 216,5 milhões para despesas recorrentes, como aquisições de licenças de softwares, manutenção de hardwares, manutenção do corpo técnico, auditoria e aluguel, entre outras rubricas, o que representa um reajuste de 6% em relação a 2023.

Abertura de mercado

Talita Porto, substituindo Marcelo Loureiro, que estava de férias, apresentou questões relacionadas à abertura de mercado. A CCEE estima 20 mil novas unidades consumidoras no mercado livre em 2024, considerando ser necessário alocar R\$ 7,3 milhões do orçamento para viabilizar esse novo cenário, dividindo o montante entre R\$ 1,7 milhão para adequar as aplicações atuais e viabilizar os aprimoramentos regulatórios do varejista, R\$ 2,0 milhões para solução tecnológica do novo processo de acesso e organização das atividades para atender os requisitos da Portaria 50/2022, R\$ 1,3 milhão para adequação do quadro de pessoal, R\$ 0,3 milhão para a contratação de consultoria jurídica e R\$ 2,0 milhões para contratação de serviços.

Segurança de mercado

Seguindo para o tema de segurança de mercado, Rossi informou a alocação de R\$ 5,4 milhões nessa pauta, dos quais R\$ 1,0 milhão para serviços destinados a classificar os comercializadores, R\$ 1,8 milhão para tecnologia e infraestrutura e R\$ 2,6 milhões para fortalecimento da equipe, prevendo o início dos testes do modelo de monitoramento do mercado para novembro de 2023.

Ainda sobre esse tema, a CCEE se comprometeu a aumentar a interlocução com o mercado, anunciando que, semanalmente, a partir de outubro de 2023, haverá a abertura de salas virtuais para a equipe responsável pelo monitoramento esclarecer dúvidas dos agentes, mediante agendamento prévio. Além disso, também serão realizadas reuniões mensais com o comitê de implementação, além de outras trimestrais do comitê de implementação com o mercado.

Dada a preocupação da Abraceel e de agentes do mercado com a confidencialidade dos dados associados ao monitoramento, a CCEE se comprometeu a divulgar, mensalmente, ao comitê de monitoramento, quaisquer registros de incidentes relativos ao descumprimento das políticas, normas e manual de conduta do monitoramento prudencial, além de dar transparência, em caráter trimestral, ao relatório de performance do sistema de computação confidencial. Também serão realizados testes de intrusão no sistema e os resultados serão apresentados ao comitê de implementação.

Evoluções de mercado

No tópico de evoluções de mercado, Talita Porto anunciou que serão alocados em 2024 R\$ 4,5 milhões para promover a evolução das operações de maneira geral e possibilitar a certificação de energia limpa, ação que consumirá R\$ 2,5 milhões da rubrica para desenvolver uma plataforma tecnológica, promover interações com o mercado e conduzir a certificação de hidrogênio de baixo carbono.

Rodrigo Ferreira questionou sobre o real interesse do mercado para que a CCEE desenvolva essa atividade, a ausência de um plano de negócios e o alto valor nos investimentos em certificação de energia limpa, em que sugeriu que houvesse votação da rubrica apartada das demais. Alexandre Peixoto informou que a CCEE foi convidada pelo MDIC para discutir sua participação no processo de transição energética, com a finalidade de tornar-se referência nacional nesse assunto. Além disso, a fim de reduzir esse valor, a CCEE está buscando recursos do próprio governo para concretizar a meta.

Tecnologia

Na área de tecnologia, Marco Delgado ponderou que nos últimos

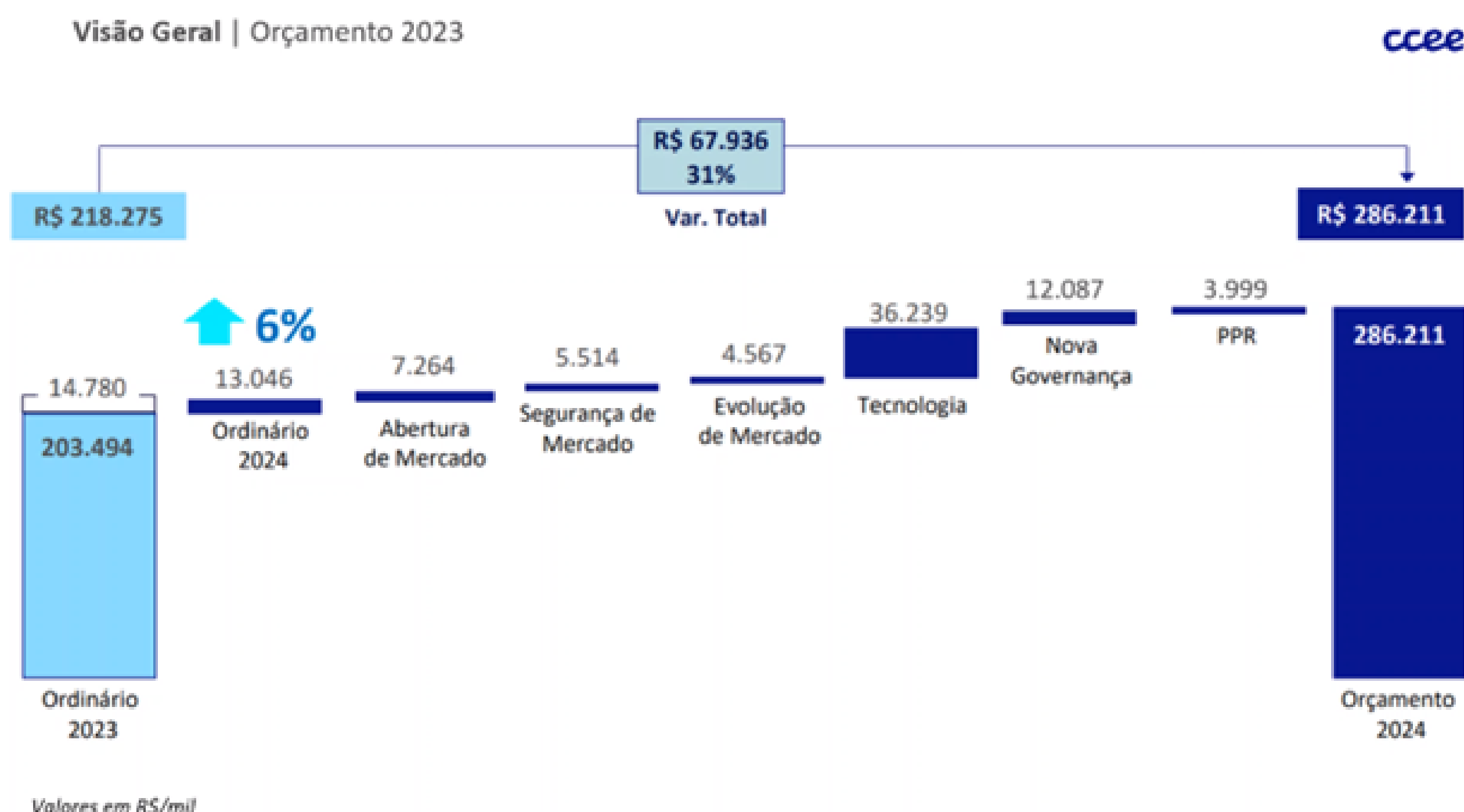
três anos houve redução de R\$ 11,7 milhões por ano nos gastos da área, graças a ações de gestão e otimização de custos. A proposta é alocar R\$ 36,2 milhões para esse tema em 2024, sendo que R\$ 8,9 milhões estão previstos para o Plano de Recuperação de Ambiente em *cloud computing*, R\$ 12,3 milhões para o aprimoramento e manutenção da infraestrutura tecnológica e R\$ 9,5 milhões para a melhoria da performance e estabilidade dos sistemas de forma geral. Outros R\$ 4 milhões seriam destinados à ampliação da capacidade de suporte e soluções de automatização e R\$ 1,4 milhão em transformação digital e inovação. Segundo Alexandre Peixoto, os investimentos nessa área significam o ponto de sobrevivência da CCEE.

Nova governança

Sobre a nova governança na CCEE, discutida previamente com os agentes em consulta pública, Alexandre Peixoto e Eduardo Rossi informaram que a perspectiva é alocar R\$ 12,1 milhões para a nova estrutura, com R\$ 8,8 milhões destinados para a nova composição da governança e R\$ 3,3 milhões para a contratação de empresa especializada para estruturação das áreas da Câmara e para a aplicação da nova governança.

Programa de Participação nos Resultados

A CCEE propõe ampliar de 1,6 salário para 3 salários o Programa de Participação nos Resultados, vinculando-o a metas mais arrojadas, o que demanda R\$ 3,9 milhões no orçamento.



De todo o exposto, o orçamento da CCEE para 2024 apresentou crescimento de 31% em relação a 2023, com acréscimo de R\$ 67,9 milhões, chegando a R\$ 286,2 milhões, o que implica contribuição associativa mensal de R\$ 21,5 milhões.

Proposta orçamentária 2024



Item	R\$ mil
Orçamento 2024	286.211
Recorrente	216.541
Frentes Estratégicas (investimentos)	69.670
Disponibilidades	59.180
Necessidade de Recursos s/ impostos	227.031
Impostos a pagar	31.014
Necessidade de Recursos c/ impostos	258.045

- Saldo Anterior: 29.535
- Crédito Tributário: 4.652
- Reciprocidade Bradesco: 7.993
- Emolumentos: 17.000



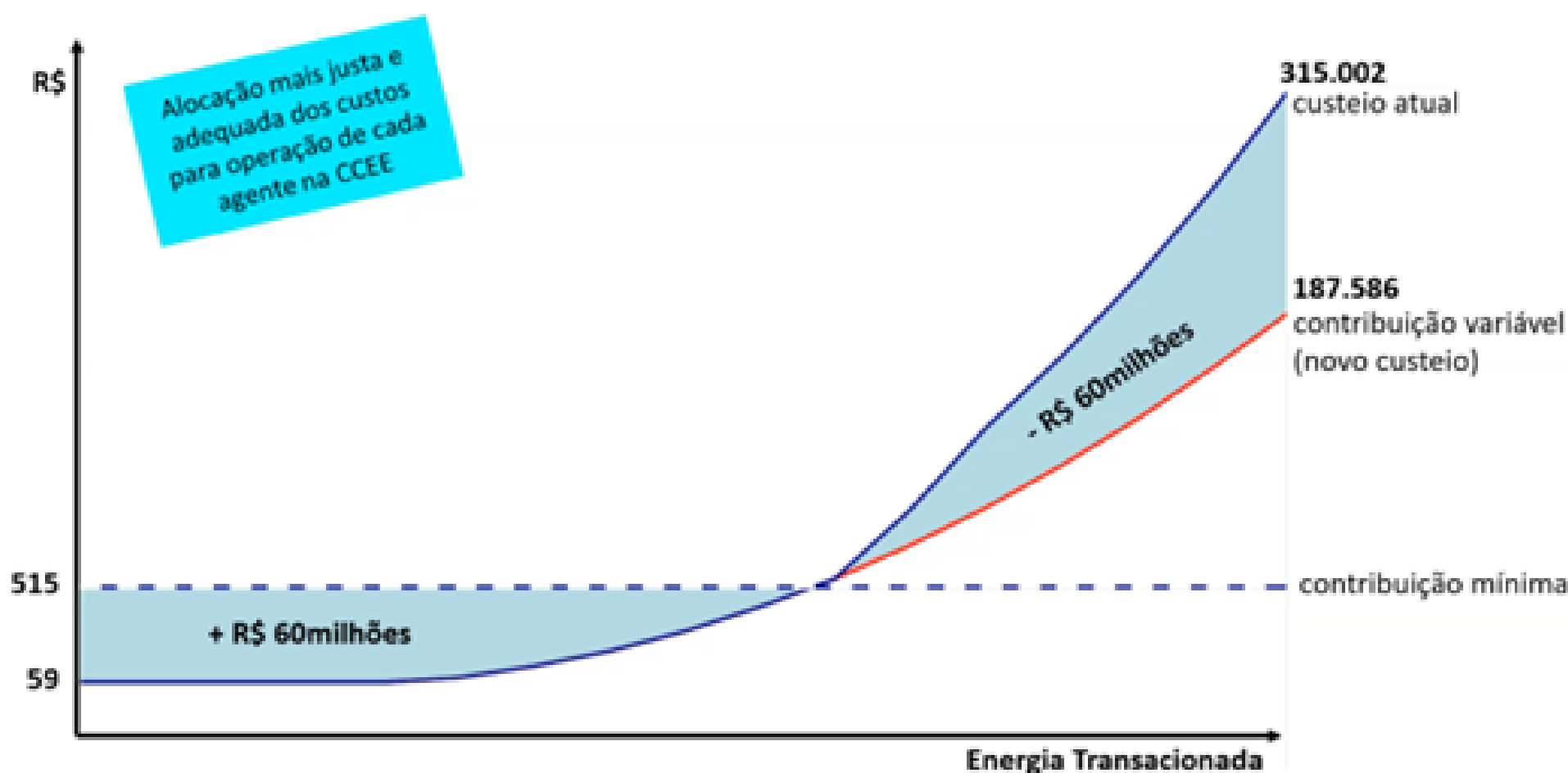
- Contribuição Associativa Mensal: R\$ 21.504 mil

Proposta de novo critério de rateio

Buscando uma alocação mais justa e adequada dos custos para operação de cada agente, a CCEE chegou à conclusão de que a contribuição mínima deveria ser de R\$ 515 por mês, ao invés dos R\$ 59 por mês cobrados atualmente. Segundo a Câmara, cerca de 12 mil agentes pagam, em média, aproximadamente R\$ 100 por mês. A partir disso, estimam aproximadamente R\$ 60 milhões de subsídio cruzado dos grandes para os pequenos, na medida em que a contribuição mínima atual não é capaz de suportar todos os custos fixos.

Segundo a CCEE, em se aprovando essa mudança, seria possível reduzir ou manter o custo variável das contribuições.

Custeio | Proposta apresentada na nova governança



Na parte final da reunião, Rodrigo Ferreira elogiou a transparência da composição da proposta orçamentária da CCEE para 2024, mas destacou a necessidade de os agentes terem acesso ao detalhamento das ações, inclusive com diálogo com as equipes de Tecnologia das associadas já que a maior parte dos investimentos são nessa área.

Eduardo Rossi afirmou que a Câmara divulgará todos os detalhes e Talita Porto acrescentou que todo o material será divulgado para a Assembleia no dia 16.10 e que haverá reunião de interação com os agentes no dia 09.10.

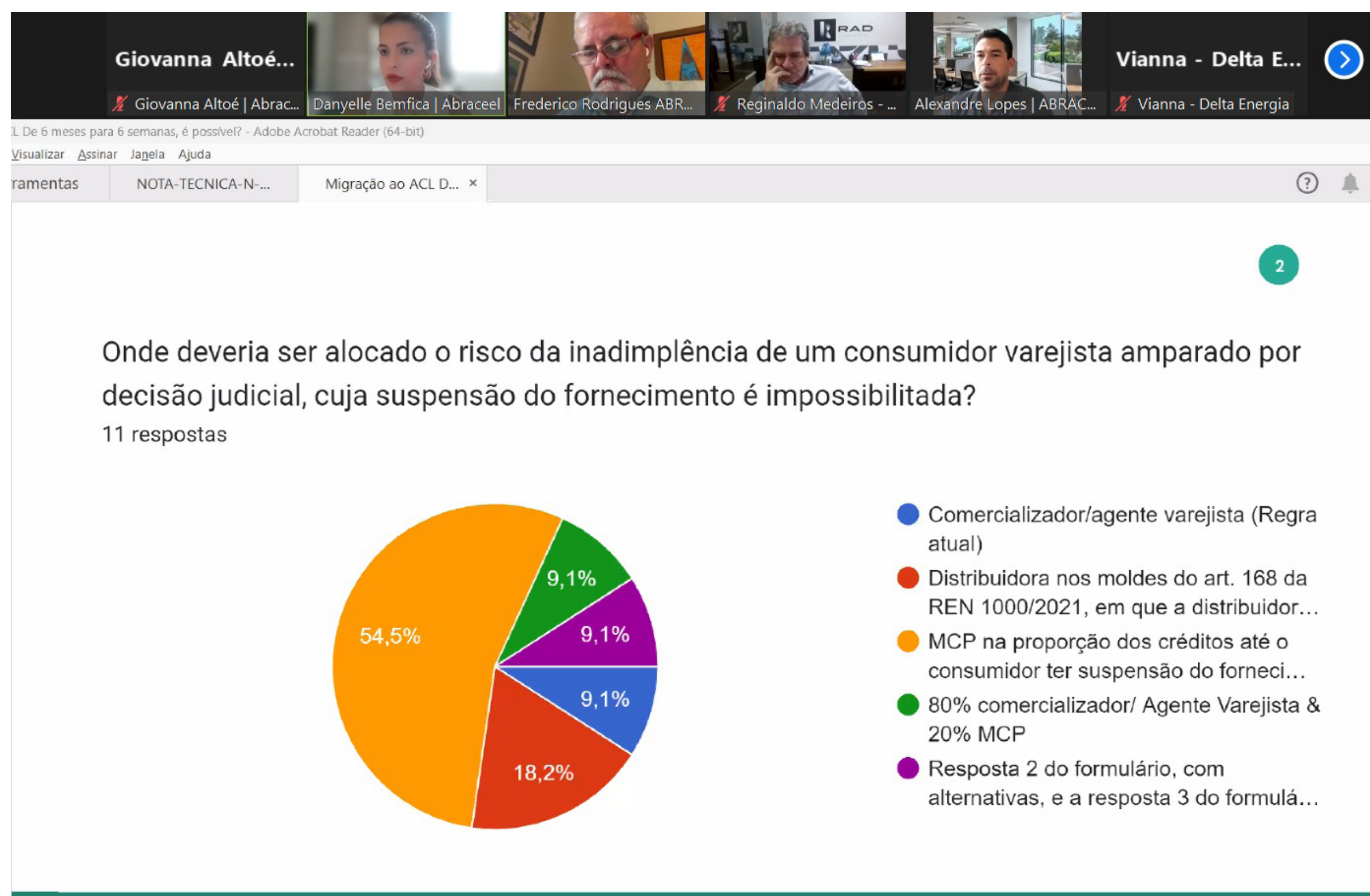
Assim, considerando novos investimentos e atualização do orçamento ordinário, o reajuste proposto para 2024 é de 31%. Ainda no mês de outubro, a CCEE informou que vai divulgar na íntegra o detalhamento do projeto de transformação digital e de tecnologia.

A apresentação realizada na reunião pode ser acessada na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações exclusivas”.

Abraceel reabre prazo para contribuições sobre tratamento da inadimplência lastreada por decisão judicial

Matéria em 1 minuto:

- Em nova reunião do Grupo Técnico, ainda não foi possível obter consenso sobre quem deve arcar com o custo da inadimplência de consumidores varejistas cuja suspensão do fornecimento é impossibilitada pela Justiça;
- Novo prazo para que associadas preencham formulário criado pela Abraceel será encerrado dia 09.10, às 12h;
- Conselho de Administração da Abraceel irá se reunir no mesmo dia 09.10, às 17h, em reunião aberta à participação das associadas, para definir o posicionamento da Associação nesse tema.



No dia 03.10, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu novamente para discutir a Consulta Pública 28/2023 da Aneel, que dispõe sobre aperfeiçoamentos na comercialização varejista.

Na ocasião, foram apresentados os resultados consolidados das contribuições enviadas até então pelas associadas, via formulário online, que buscou saber as propostas de como devem ser tratados os casos de impossibilidade de suspensão de fornecimento de consumidor varejista inadimplente amparado por determi-

nação judicial. O objetivo é definir o posicionamento da Abraceel na contribuição na referida consulta pública.

A Abraceel havia disponibilizado um formulário com três opções para a alocação desse risco, sendo eles, (i) comercializador/agente varejista (regra atual); (ii) distribuidora nos moldes do Art. 168 da Resolução 1.000/2021, em que a distribuidora tem autorização para efetuar a cobrança de ressarcimento das repercussões financeiras incorridas (regra proposta na nota técnica para o caso de consumidores que perderam as condições de participação no mercado livre por desligamento do agente varejista); (iii) MCP, na proporção dos créditos, até o consumidor ter suspensão do fornecimento, e após a suspensão, na proporção dos votos (regra atual do consumidor aderido). Havia também a possibilidade de apresentar uma nova sugestão.

Feita a consulta, não foi possível chegar a um consenso, devido à baixa participação das associadas no preenchimento formulário. Sendo assim, a Abraceel abriu um novo período para que as associadas possam responder o formulário, que será encerrado dia 09.10 (segunda-feira), às 12h.

No mesmo dia, 09.10, às 17h, o Conselho de Administração da Abraceel se reunirá, em caráter extraordinário, em reunião aberta à participação das associadas, para definir a posição da Associação sobre o tema, com base nas respostas obtidas no formulário. Sendo assim, é de extrema importância que todas as empresas associadas respondam o [formulário](#).



ABRACEEL NA MÍDIA



Abertura do mercado livre de energia coloca PMEs como novo cliente

Fonte: Valor Econômico

[Acesse aqui](#)



Mercado livre de energia no CO já poderia contabilizar adesões de cerca de 14 mil empresas

Fonte: MT Econômico

[Acesse aqui](#)



Rodrigo Ferreira escreve - Texas: preço e competitividade

Fonte: Mega What

[Acesse aqui](#)

CURTAS

CCEE apresentará novo sistema de acesso aos dados de medição na terça-feira, 9h

A CCEE promoverá reunião online no dia 10.10, às 9h, para apresentar a tecnologia utilizada no projeto piloto, conduzido com a CPFL, para permitir o envio e a consulta de dados dos consumidores em um sistema em nuvem, um meio para atender as necessidades dos agentes com a perspectiva de ampliação do mercado varejista de energia elétrica. O sistema permitirá que as distribuidoras disponibilizem dados dos consumidores e a CCEE agregará esses dados ao varejista responsável e a comercializadora varejista poderá acessar esses dados para, por exemplo, faturar o consumidor. A reunião foi idealizada para atender as equipes de tecnologia das empresas varejistas que tenham interesse em conhecer o modelo estruturado para otimizar o atendimento à Portaria 50/2022 do MME. A apresentação com detalhamento da proposta, bem como manual com detalhamento do API, estão disponíveis na área restrita do [site](#) da Abraceel, em “Documentos Gerais”. Os interessados devem realizar inscrição [aqui](#).



evento online 

ampliação do projeto piloto
abertura de mercado

A CCEE te convida para uma apresentação sobre a tecnologia utilizada no experimento conduzido com a CPFL para envio e consulta de dados.

O convite é destinado exclusivamente às equipes de tecnologia das **empresas varejistas** que têm interesse em conhecer o mecanismo implementado no projeto piloto para otimizar o atendimento à PRT 50/2022.

10/10
(terça-feira)
09h às 11h

Regras de comercialização entram em consulta pública

No dia 03.10, a Diretoria Colegiada da Aneel instaurou Consulta Pública 37/2023 para discutir alterações nas regras de comercialização para vigência em 2024. As mudanças em discussão versam, entre outros temas, sobre a transferência do PdC para as regras de comercialização, da limitação de registro do comercializador tipo 2, e como será a sequência de corte dos contratos para as negociações em montantes superiores a 30 MWmed, além de prever em regra a diretriz do tratamento em conjunto de matriz e filial. Adicionalmente, é ponderada a adequação do desconto na TUSD/T provisório, de modo a deixar explícito o desconto provisório também para o consumidor livre comprador de energia especial. Por fim, também é posta em discussão na referida CP a modelagem de órgãos da administração pública indireta como consumidores especiais na CCEE. A Abraceel irá analisar a nota técnica, e em breve agendará reunião do GT para discutir o tema.

Abraceel indica participantes para Comitê de Implantação do Monitoramento da CCEE

A Abraceel enviou, no dia 04.04, carta ao Presidente do Conselho de Administração da CCEE, Alexandre Peixoto, informando a indicação de Alessandro de Brito Cunha, Presidente do Conselho de Administração da Abraceel, e Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, para compor o Comitê de Implantação do Monitoramento Prudencial. O colegiado terá o objetivo de contribuir com os debates sobre aprimoramentos do novo modelo de monitoramento, que passará por um “período sombra” a partir de 1º de novembro de 2023, com sugestões para melhorias no manual algébrico, nas metodologias aplicadas e nas parametrizações sistêmicas. A correspondência está disponível no [site](#) da Abraceel. Em paralelo, o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) também informou indicações para o referido comitê. Para a categoria de geração, Luiz Verney (Copel) e Ana Paula Calil (Neoenergia). Para a categoria de distribuição, Ana Carolina Ferreira (Abradee) e Alexandre Guevara (CPFL). Por fim, para a de consumo, Mariana Amim (Anace) e Victor Iocca (Abrace). O documento está disponível no [site](#) da Abraceel.

Abraceel divulga o “Pré-Pauta”, conteúdo especial com os principais estudos da Associação

A Abraceel lança oficialmente hoje, dia 06.10, o Pré-Pauta, um conteúdo especial que organiza as principais informações dos mais recentes estudos da Associação. Os estudos são apresentados de forma resumida, com acesso aos trabalhos completos, explicando objetivos e conclusões. Além de apoiar formadores de opinião, outro importante objetivo é contribuir para iniciativas das empresas associadas, como a preparação de palestras, publicações em redes sociais, comunicações e posicionamentos. O nome busca no jornalismo uma inspiração. No jornalismo, a pré-pauta é uma etapa de apuração de informações que antecede a discussão entre repórteres e editores, quando ideias e propostas são testadas e as mais consistentes são posteriormente apresentados aos leitores, ouvintes e telespectadores. Os estudos realizados pela Abraceel servem a esse propósito: oferecer informações e análises essenciais para apoiar tomadores de decisão, agentes do mercado e formadores de opinião no exercício de suas funções. Acesse [aqui](#) o documento.



Abraceel debate mercado varejista de energia em evento para mulheres

No dia 29.09, a Abraceel palestrou em evento no Infra Women Brasil (IWB), grupo dedicado à promoção e incentivo da presença de mulheres no setor de infraestrutura. Na ocasião, Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais da Abraceel, apresentou o cenário político do setor elétrico e os principais projetos que tramitam no Congresso Nacional. Já Danyelle Bemfica, Assessora de Energia, abordou os principais temas da Consulta Pública 28/2023 da Aneel, cuja proposta é aperfeiçoar as regras da comercialização varejista, tendo em vista a expansão do acesso ao mercado livre de energia para todos os consumidores de alta tensão em 2024.



NOVA DATA - 23.10 ÀS 14H

PROTEÇÃO DE DADOS DO CONSUMIDOR E DEFESA DA CONCORRÊNCIA



Com Aneel e CADE, Abraceel promoverá live sobre proteção de dados e defesa da concorrência no dia 23.10, às 14h

Buscando aperfeiçoar o processo de migração de consumidores do mercado cativo para o mercado livre, a Abraceel tem realizado diversas ações para identificar os principais obstáculos e propor melhorias. Nesse contexto, o esclarecimento sobre a legislação existente no Brasil para proteção dos dados dos consumidores e da defesa da concorrência é muito importante, dada a relevância dos dados em mercados concorrenciais. Para debater o tema, convidamos para live Proteção de Dados do Consumidor e Defesa da Concorrência, que ocorrerá dia 23.10, às 14h, no Zoom da Abraceel, exclusiva para associados.

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

14h – Abertura e moderação dos debates

- *Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel (confirmado)*

14h05 – Apresentação do parecer jurídico sobre a adequação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e da Defesa da Concorrência no setor elétrico

- *Camila Alves, Julião Coelho Advogados (confirmada)*

14h20 – Debates envolvendo o moderador, palestrantes e convidados

- *Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente do CADE (confirmado)*

- *Maria Luiza Ferreira Caldwell, Superintendente de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado da Aneel (confirmada)*

- *André Ruelli, Superintendente de Mediação Administrativa e das Relações de Consumo (confirmado)*

- *Representante da Abradee (a confirmar)*

15h – Perguntas do público

16h – Encerramento



WORKSHOP
MERCADO LIVRE DE
ENERGIA ELÉTRICA

10 DE OUTUBRO
DAS 9H30 ÀS 12H

[Últimas vagas] Evento da Fiesp reunirá indústrias interessadas no mercado livre terça, 9h30

A Abraceel convida as associadas para participar do workshop Mercado Livre de Energia Elétrica, promovido pela Fiesp, com apoio da Abraceel, no dia 10.10, às 9h30, na sede da Fiesp, localizada na Av. Paulista, 1.313, 15º andar, Espaço Nobre. O objetivo é apresentar aos consumidores industriais temas relacionados ao funcionamento do mercado livre de energia, as etapas envolvidas no processo de migração, oportunidades e benefícios em migrar para o ambiente livre, além das principais mudanças em 2024. O evento será presencial e foi idealizado para que consumidores industriais e comercializadoras possam interagir comercialmente. A Abraceel buscou garantir uma vaga presencial por empresa associada até o dia 03.10 e já liberou as inscrições dos representantes das associadas que estavam em lista de espera. Poucas vagas ainda estão disponíveis. Para realizar a inscrição, preencha o [formulário](#).

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

9:30 – Credenciamento e welcome coffee

10:00 – Abertura

10:10 – Apresentação Abraceel (Rodrigo Ferreira)

10:50 – Apresentação CCEE (Adriana Sambiase)

11:10 – Apresentação de caso (Marco Antonio Chagas, Diretor do Instituto Senai de Tecnologia em Energia)

11:25 – Apresentação Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem do CIESP (Lilian Bertolani)

11:30 – Perguntas e Respostas

12:00 – Encerramento

Estorno de créditos de ICMS: Abraceel consulta associadas sobre participação em ação como amicus curiae

Na reunião do Grupo Técnico realizada no dia 19/09, as associadas discutiram o interesse na atuação institucional da Abraceel, como amicus curiae, em sede do RE nº 1.362.742 (Tema 1258), em trâmite no STF. O tema envolve o entendimento adotado pelo Estado de Minas Gerais de que, nas vendas interestaduais de combustíveis e energia elétrica, que ocorrem sem incidência do imposto na saída, deve a empresa vendedora promover o estorno dos créditos de ICMS decorrentes da operação anterior, ainda que a operação seja efetivamente tributada no destino pela sistemática do Art. 155, §2º inciso X, b, da CR/88. O processo chega ao STF com decisão do TJMG desfavorável ao contribuinte, com o argumento de que o recolhimento do imposto no estado de destino não afasta a necessidade do estorno. Presentes ao GT, representantes de nosso Consultor Jurídico, Escritório Julião Coelho, recomendaram que a Abraceel participe da ação como amicus curiae. Da mesma forma, o Conselho de Administração da Abraceel considerou ser importante a Associação participar na ação e determinou que as associadas sejam consultadas a respeito do interesse em participar do rateio dos custos, considerando a proposta mais apropriada entre as de três escritórios de advocacia que manifestem interesse em representar a Abraceel. A diretoria da Abraceel indicou a proposta do escritório Mattos Filho, que prevê o pagamento do êxito quando do trânsito em julgado de decisão favorável ou parcialmente favorável proferida pelo STF, com menor custo entre as que atendem ao objetivo almejado. As associadas com interesse na causa e que aprovem a atuação da Abraceel como amicus curiae na ação judicial devem manifestar intenção em participar do rateio de custos impreterivelmente até o dia 10.10, próxima terça-feira. Informações adicionais foram enviadas por e-mail.

Diretrizes de exportação de energia elétrica são prorrogadas até setembro de 2024

No dia 03.10, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a [Portaria 68/2023](#) do MME, que altera a Portaria 418/2019 e trata da autorização para exportação de energia elétrica. As diretrizes de exportação, tratadas na norma de 2019, foram prorrogadas até 30 de setembro de 2024, incluindo a vigência dos contratos de uso do sistema de transmissão (CUST).

Planejamento Estratégico da Abraceel acontecerá nos dias 26 e 27.10, em Brasília

O Planejamento Estratégico da Abraceel acontecerá nos dias 26 e 27.10, no B Hotel, em Brasília, e contará com debates sobre a política energética no Poder Executivo, aspectos do cenário político, agenda prioritária do mercado livre, estrutura do mercado varejista de energia do Texas, além de discussões para definir as bandeiras da Abraceel para 2024-2027. Todos os representantes das associadas que se inscreveram, inclusive na lista de espera, foram confirmados no evento. A Abraceel lembra que no fim do primeiro dia do evento haverá coquetel oferecido pela associada Eneva, a partir de 18h30, na Casa da Energia, em Brasília. Para essa confraternização, haverá transporte gratuito disponível, a partir de 18h, fazendo o trajeto entre o B Hotel, local das reuniões do Planejamento Estratégico, e a Casa da Energia, local do coquetel. Não haverá transporte no retorno. Participarão do coquetel as principais lideranças empresariais do setor de comercialização no Brasil, além de autoridades das instituições setoriais.



Abraceel participa de videocast da associada AES

No dia 05.10, Rodrigo Ferreira participou da gravação de um videocast organizado pela associada AES para a série Energia em Foco. O conteúdo vai ao ar em breve.



Abraceel passa a contar com 108 associadas

A Abraceel informa que a empresa Tesla Energia deixou de fazer parte da Associação, que conta agora com 108 empresas.

Abraceel registra 252 matérias na mídia entre junho e julho de 2023

A Abraceel disponibilizou na área restrita, aba Apresentações Exclusivas, os relatórios de mídia referentes aos meses de [junho](#) e [julho](#) de 2023, com o registro de 126 matérias em cada mês. Destaque para reportagens na rádio CBN, Poder360 e Valor Econômico, entre outros, além de interações de relacionamento com executivos da imprensa.

CURTAS - GÁS NATURAL

Associadas podem contribuir em modelo de regulação do mercado livre de gás

Minuta está em discussão no Fórum do Gás e foi compartilhada com o Grupo Técnico para colher contribuições das associadas da Abraceel. O documento foi elaborado pela Abpip, Abrace e IBP e servirá de base para as contribuições do Fórum nas discussões públicas estaduais, caso aderido pelas associações constituintes. As associadas podem enviar contribuições ao texto até 11.10, próxima quarta-feira.

Reforma tributária: Conselho de Usuários quer tratamento diferenciado para gás natural

O Conselho de Usuários do Sistema de Transporte de Gás Natural (CdU), o qual a Abraceel faz parte, enviou carta ao Senador Eduardo Braga, relator da reforma tributária no Senado Federal, com posicionamento sobre a tributação do gás natural. O documento ressalta a contribuição do gás natural ao processo de transição energética, ao desenvolvimento econômico e à reindustrialização. Nesse sentido, é recomendada a inclusão, na proposta do texto da PEC 45, de regime fiscal favorecido ao gás natural, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), materializada em diversas iniciativas interministeriais, que buscam garantir que o insumo não seja inviabilizado. A correspondência está disponível no [site](#) da Abraceel.

NTS apresenta projeto para remover gargalos na sua malha de transporte de gás

Em 04.10, a NTS (Nova Transportadora do Sudeste) apresentou ao Conselho de Carregadores seus cenários de oferta e demanda de gás natural e o projeto Corredor Pré-Sal – Sul, que visa otimizar a movimentação do gás com a TBG e ampliar a rede de transporte da NTS. A partir de novembro será realizada consulta ao mercado sobre o projeto. A apresentação está disponível na [área do associado](#) e a NTS ressalta que está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que surgirem em relação tema.

CURTAS - CURSOS E EVENTOS

Evento discutiu potencial do hidrogênio verde no Brasil

A Aurora Energy Research, empresa que palestrou para nossas associadas durante a missão ao Texas, realizou evento sobre o potencial do hidrogênio verde no Brasil. Destaque para análise de temas como a economia da produção de hidrogênio por energia renováveis, a viabilidade do transporte do insumo para a Europa e comparação entre a produção do hidrogênio verde no Brasil, Europa e importações de outras nações. A gravação do webinar está [aqui](#).

Curso da CIER aborda regulação do mercado varejista e comercialização de energia

A CIER promove o curso Regulação do Mercado Varejista e Comercialização de Energia Elétrica, com início em 06.11, de forma online e com carga horária de 24 horas. Baseado em estudos de caso, o curso fornece ferramentas que permitem análise e compreensão de um mercado complexo que está exposto a diversos desafios, além de aprofundar análise de riscos e aspectos econômicos básicos para a concorrência em um mercado varejista. Para mais informações e inscrições, acesse [aqui](#).



REGULACIÓN DEL MERCADO MINORISTA Y COMERCIALIZACIÓN DE ELECTRICIDAD: DESEMPEÑO RECIENTE Y NUEVAS OPORTUNIDADES Y DESAFÍOS A PARTIR DE TRANSICIÓN ENERGÉTICA.

UNIVERSIDAD COOPERATIVA PERMANENTE CIER

» OBJETIVO
A partir de reuniones virtuales, material de lectura y estudio de casos, el curso promueve de herramientas (microeconomía, regulación económica y defensa de la competencia, estudios de caso) que permitan un adecuado análisis y comprensión de un mercado complejo y respuesta a desafíos recientes. Capacita, profundiza y permite evaluar los aspectos económicos básicos para la competencia en un mercado minorista, los procesos de la actividad y riesgos, pone en perspectiva el negocio de comercialización ante la transición energética que estamos presenciando, plantea la discusión sobre el modelo de remuneración y tarificación del servicio.

» DIRIGIDO A
Interesados en capacitarse, profundizar y evaluar el mercado minorista y comercialización de energía eléctrica. Especialistas y funcionarios de empresas de energía eléctrica y comercializadores, reguladores y ministros de energía, organismos e instituciones multilaterales, banca multilateral.

» COSTO
El costo de las matrículas es el siguiente:
Matrícula para Empresas Miembro de CIER: US\$ 450
Matrícula para Empresas No Miembro de CIER: US\$ 550
Matrícula para Empresas Miembro de CIER en Costa Rica: US\$ 600 (Impuestos Incluidos)
Matrícula para Empresas No Miembro de CIER en Costa Rica: US\$ 730 (Impuestos Incluidos)

Associadas têm desconto em evento jurídico de energia elétrica

Nos dias 18 e 19.10, no Hotel Blue Tree Premium Faria Lima, São Paulo, será realizado, de forma presencial, o XXIX Simpósio Jurídico da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE). O evento, de cunho jurídico, fomentará a discussão de temas como projetos de lei de aprimoramento do setor elétrico, renovação das concessões de transmissão e de distribuição, convenção arbitral da CCEE e situação da arbitragem, entre outros. As associadas da Abraceel têm 10% de desconto ao preencher a opção “Associados de Entidades Apoiadoras” no link da inscrição. Acesse a programação e mais detalhes sobre o evento [aqui](#).



XXIX Simpósio Jurídico | **ABCE**

18 E 19 OUTUBRO 2023

• EVENTO PRESENCIAL •

BLUE TREE PREMIUM FARIA LIMA

O Simpósio Jurídico da ABCE é o principal e mais tradicional evento jurídico-regulatório do setor elétrico

Visite nosso site: www.abce.org.br



Abdib Fórum: Infraestrutura Regional acontecerá em BH, dia 31.10

A Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) realiza fórum para discutir o desenvolvimento da infraestrutura regional, com foco nos estados do Sudeste, na cidade de Belo Horizonte, no dia 31.10. O evento contará com a presença de governadores, autoridades do governo federal, secretários estaduais, especialistas e empresários. A programação dará destaque aos programas de concessões e de PPPs de cada um dos sete estados das duas regiões, tratará do papel das agências de fomento e indicará os projetos e setores considerados prioritários para os próximos anos. Para conhecer a programação e fazer inscrição, clique [aqui](#).



ABDIB FÓRUM
INFRAESTRUTURA REGIONAL

EDIÇÃO SUL E SUDESTE
31 de outubro | Belo Horizonte - MG

ABDIB

ABRACEEL

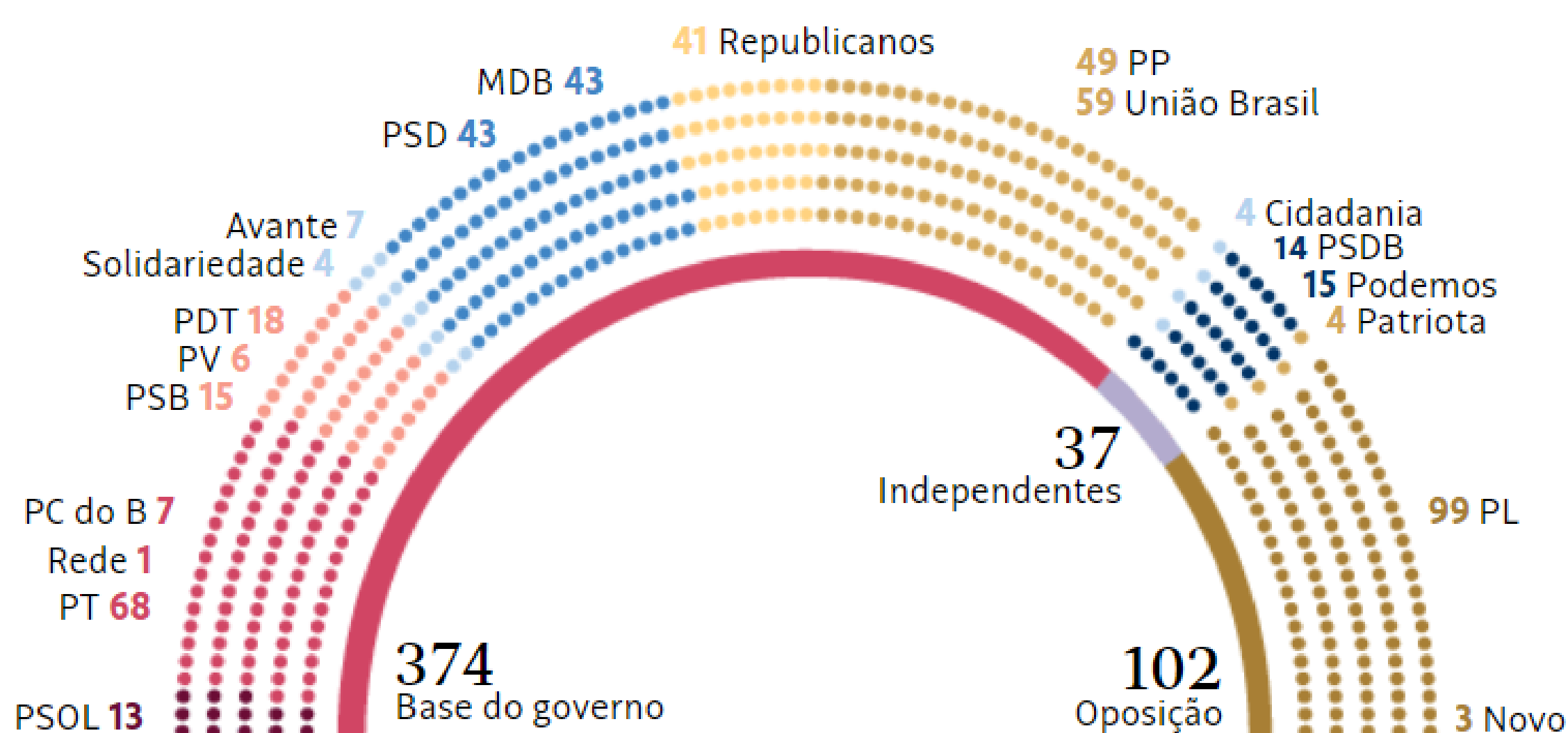


Em semana que antecede feriado, Senado aprova projeto que cria o mercado regulado de carbono. Senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) diz que MME está discutindo medida provisória sobre reajuste das tarifas de energia. Governo cobra fidelidade de aliados no Legislativo.

Base ampliada – Após acomodar os partidos Republicanos e PP nos ministérios, o ministro Alexandre Padilha tem atuado para mobilizar a fidelidade da sua base nas agendas do governo em tramitação no Congresso, com destaque para as prioridades no segundo semestre. Vale destacar a “agenda verde” nessa lista. As últimas duas semanas não foram tão fáceis para o Planalto, apesar das mudanças recentes no comando dos ministérios. Cargos na Caixa e interferências do STF no Legislativo, com destaque para a decisão do STF sobre o marco temporal nas terras indígenas, resultaram em obstruções nos trabalhos legislativos. Ainda assim, quando se analisa a base do governo no Senado e Câmara, o cenário ainda é favorável inclusive para aprovação de uma PEC, medida que exige quórum qualificado:

Base de Lula na Câmara

Dados atualizados em 6.set.2023



* A soma das cadeiras representa uma conta aproximada de governistas e da oposição, já que há grupos dissidentes em ambos os lados

** Em caso de presença de todos os parlamentares; se houver faltas, o projeto é aprovado pela maioria dos presentes

Entenda as cores dos partidos



As posições dos partidos foram calculadas a partir de sete quesitos: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da **Folha**

No Senado

Dados atualizados em 6.set.2023

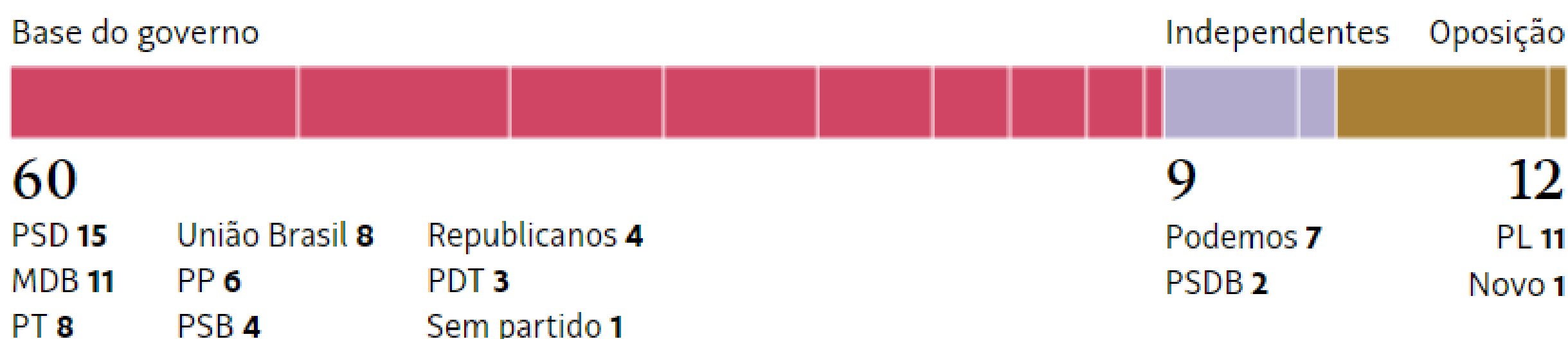


GRÁFICO: FOLHA

Mercado de carbono aprovado no Senado – após acordo com a banca ruralista, o PL 412/2022, que cria o mercado de carbono, foi aprovado de forma unânime na Comissão de Meio Ambiente do Senado, após algumas semanas sendo retirado de pauta por falta de acordo.

Há expectativa que a matéria vá direto para análise da Câmara dos Deputados, não havendo necessidade de passar no Plenário do Senado antes. Da mesma forma, há expectativa de aprovação do marco antes da COP28, que começa no final do mês de novembro, o que é um cenário desafiador, porque há chance de o texto ser modificado pelos deputados, havendo necessidade de retorno ao Senado para deliberação final.

De acordo com a matéria aprovada, é prevista implementação do mercado regulado de carbono em cinco fases:

1. Regulamentação da lei em 12 meses, prorrogáveis por igual período;
2. Prazo de um ano para operacionalização, pelos operadores, dos instrumentos para relato de emissões;
3. Período de dois anos, no qual os operadores estarão sujeitos somente ao dever de submissão de plano de monitoramento e de apresentação de relato de emissões e remoções de gases de efeito estufa ao órgão gestor do SBCE;
4. Vigência do primeiro Plano Nacional de Alocação, com distribuição não onerosa de Cotas Brasileiras de Emissões e implementação do mercado de ativos do SBCE;
5. Implementação plena do SBCE (Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa), ao fim da vigência do primeiro Plano Nacional de Alocação.

Confira um resumo do que foi aprovado no PL 412/2022 divulgado pela EPBR:

- Cria o SBCE, inspirado no modelo cap and trade adotado internacionalmente;
- Atividades, fontes e instalações que emitam acima de 25 mil toneladas de CO² equivalente por ano estarão sujeitas a um limite de emissões que será definido posteriormente;
- Já as empresas que emitirem entre 10 mil toneladas de CO²e e 25 mil tCO²e terão que apresentar plano de monitoramento de suas emissões e reportar-se ao órgão gestor do SBCE;
- O agronegócio está fora das atividades reguladas. Pelo texto, a “produção primária agropecuária e as emissões indiretas pela produção de insumos ou matérias-primas” não serão consideradas entre atividades obrigadas a cumprir um teto de emissões. Mas poderá se optar por contabilizar as emissões e remoções líquidas ocorridas em áreas rurais para emissão de créditos no mercado voluntário;
- Também está prevista a possibilidade de créditos de carbono do mercado voluntário serem utilizados no SBCE, desde que atendidos determinados requisitos.

Projeto de Lei sobre renovação das concessões das distribuidoras é apresentado na Câmara – o deputado João Carlos Bacelar (PL-BA) apresentou o PL 4831 de 2023, que trata das prorrogações das concessões de distribuição de energia elétrica. A matéria propõe, dentre outros pontos, que *“Fica assegurada a manutenção, de no mínimo, 70% do mercado de energia anual para a concessionária de distribuição, não podendo haver renovação de contratos no ambiente livre, na área de concessão da companhia quando este limite for alcançado”*. O deputado é relator do tema na subcomissão especial que também discute hidrogênio verde. A matéria ainda não foi despachada e há expectativa que a subcomissão apresente um relatório sobre o tema no mês de novembro.

Medida Provisória ou projeto de lei? O líder do Governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) disse que o MME está preparando medida provisória para tratar dos reajustes nas tarifas de energia, veja [aqui](#). O MME afirmou estar trabalhando no envio de projeto de lei para análise do Congresso que debaterá os custos da energia.

Abraceel participou do 1º Seminário Nacional dos Consumidores de Energia – na ocasião, entidades discutiram o aumento da tarifa dos consumidores, em especial, devido aos subsídios e encargos presentes na conta. O Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, participou da abertura do evento, afirmando que há

subsídios que não mais se justificam. A Frente dos Consumidores informou que está lançando um site para explicar ao consumidor de energia o que está sendo pago na sua conta de luz, bem como está elaborando um ranking político para informar quais parlamentares estão a favor do cidadão no tema, levando em consideração como o congressista está se posicionando em relação aos projetos em debate no Legislativo.

Setor elétrico na agenda da reforma tributária – em mais uma audiência pública, representantes do setor de energia elétrica destacaram a essencialidade e complexidade do insumo para justificar a proposta de tratamento tributário especial. É o que esteve presente nas apresentações feitas pelo Mattos Filho e Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética, disponíveis [aqui](#).

Senado promove debate sobre aumento tarifário - o Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, também participou de audiência pública no Senado Federal para debater a composição da tarifa de energia elétrica e defendeu que o pagamento da CDE leve em consideração o desenvolvimento regional, apontando a Lei 13.360 de 2016, que estabeleceu até 2030 o pagamento igualitário da Conta. Também citou o PDL 365/2022, sobre sinal locacional, que está em análise pelo Senado, cuja aprovação acarretará aumento do custo da energia, segundo o Diretor-Geral. Nesse sentido, a depender da atuação do Legislativo, as medidas poderiam reduzir a tarifa de energia. Também fez uma breve apresentação sobre a tarifa de Itaipu, explicando que é definida pela Usina de Itaipu e informada à Aneel pela ENBPar. Destacou que a Aneel apenas homologa, não tendo competência sobre o custo. Mais detalhes serão discutidos em nova audiência pública no dia 19 ou 26 de outubro. As apresentações utilizadas e gravação da audiência estão disponíveis no [link](#).

PRÓXIMA SEMANA

09.10 - Segunda-feira: Conselho de Administração da Abraceel realiza reunião extraordinária, aberta à participação das associadas, para debater a posição da Associação sobre o consumidor varejista inadimplente amparado por decisão judicial, às 17h.

10.10 - Terça-feira: CCEE realiza reunião online para apresentar a tecnologia utilizada no projeto piloto de medição conduzido com a CPFL, às 9h;

Abraceel participa de workshop da Fiesp para discutir o mercado livre de energia elétrica, na sede da Federação, em SP, às 9h30;

Abraceel participa de reunião da Associação Ibero-americana de Comercialização de Energia, às 10h.

11.10 - Quarta-feira: Abraceel participa de reunião com o Secretário Substituto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para discutir os impactos sociais e melhoria da competitividade da indústria e do comércio brasileiro com a abertura do mercado de energia, às 15h.